

INFÂNCIAS ROUBADAS: percepções sobre a criança escravizada a partir do Banco de Dados do Neáfrica

Ana Caroline da Silva Magalhães¹

Resumo:

O presente artigo analisa as experiências das crianças escravizadas no Maranhão Colonial, entre os anos de 1801 e 1818, a partir do Banco de Dados em Excel do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre África e o Sul Global (NEÁFRICA), elaborado com base em inventários manuscritos do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. A pesquisa busca compreender a infância escravizada para além de uma abordagem quantitativa, evidenciando aspectos relacionados à idade, gênero, trabalho, doenças e vínculos familiares. Os dados revelam que a inserção das crianças no sistema escravista ocorria de forma precoce, marcada por exploração laboral, elevada vulnerabilidade física e ruptura de laços familiares, embora também se identifique a existência de núcleos familiares como espaços de afeto e resistência. Ao utilizar um banco de dados como ferramenta analítica, o estudo contribui para ampliar as discussões historiográficas sobre a escravização infantil, conferindo visibilidade às vivências das crianças negras enquanto sujeitos históricos no contexto do Maranhão Colonial.

Palavras-chave: História; Criança escravizada; Banco de dados.

Introdução

A análise sobre a situação da criança escravizada no Brasil Colonial, especificamente no contexto maranhense, é de fato uma empreitada complexa e sensível. Logo, esta pesquisa busca evidenciar a situação de crianças escravizadas, indo além da abordagem puramente estatística ou da representação delas como brinquedos nas mãos dos proprietários. Desse modo, tem-se aqui os resultados desses esforços empreendidos por pesquisadores que oferecem uma visão mais abrangente das condições enfrentadas por essas crianças, incluindo aspectos como sua vida cotidiana, o tipo de trabalho a que eram submetidas, suas interações sociais, estratégias de sobrevivência e formas de resistência.

Ademais, compreender a situação das crianças escravizadas no Maranhão Colonial é de extrema importância para uma análise abrangente da sociedade escravista da época. A inserção

¹ Mestra em História pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão (PPGHIST – UEMA). Especialista em História da África, Brasil, Maranhão e Novos Conteúdos pelo Instituto de Ensino Superior Franciscano (IESF). Lattes: E-mail: anacarolinecx123@hotmail.com

dessas crianças no âmbito escravista era geralmente feita desde muito cedo, sendo retiradas de suas famílias biológicas e colocadas para trabalhar nas mais diversas atividades, desde tarefas domésticas até trabalhos pesados nos engenhos de açúcar e nas plantações de algodão e arroz.

É importante destacar que a condição das crianças escravizadas no Maranhão Colonial não apenas evidencia as estruturas de poder da sociedade escravista, mas também ressalta as adversidades enfrentadas por essa população específica. Ao analisarmos esses diferentes aspectos, podemos ter uma visão mais abrangente e diferenciada da realidade vivida por essas crianças, contribuindo para uma compreensão mais completa da história do Brasil colonial e das injustiças cometidas durante esse período.

As facetas da violência apareciam quando as crianças negras escravizadas eram intimidadas e coagidas pelas agressões físicas, verbais e psicológicas. Além disso, a escravização implicava na ruptura dos laços culturais (raciais, étnicos, etários e familiares), e as crianças eram especialmente vulneráveis a essa perda. Isto significa que o tratamento desumano se tornou uma característica intrínseca ao sistema escravista. As crianças escravizadas eram, frequentemente, desprovidas de qualquer condição básica de sua humanidade, sendo tratadas como propriedades a serem exploradas e controladas.

No entanto, a condição de escravizado reduzia as crianças negras a meras propriedades, sem autonomia sobre suas vidas. Eram compradas e vendidas como mercadorias, sendo privadas de liberdade e autonomia. Essa posição mercantilizava e ampliava a vulnerabilidade das crianças diante das arbitrariedades do sistema escravista.

E a partir desses enfoques, Rafael Domingos de Oliveira Silva (2014) considera que em documentos onde as crianças escravizadas não têm poder de fala, os vestígios deixados podem ser valiosos para entender as experiências delas. E por mais difíceis que sejam de serem rastreados, não deixam de ser fundamentais para a compreensão da escravização no interior do Maranhão.

Entre dados e vidas: a criança escravizada sob a lente do Neáfrica

Com base nisso, a criança negra escravizada passa a ser analisada diante de um eito documental com 340 inventários colhidos no Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (ATJMA), por pesquisadoras² do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre

² Prof. Ma. Esmeralda Lima da Silva (PPGHIS-UFMA) e Prof. Ma. Thalita Costa Souza (PPGHIST-UEMA) pela colaboração, dedicação e empenho nos diferentes projetos desenvolvidos na Universidade Estadual do Maranhão

África e o Sul Global (NEÁFRICA), que em primeira instância mapearam e transformaram esses informes das fontes primárias em um Banco de dados em Excel para análise e interpretação. Vale pôr em evidencia, que embora não tenha acesso físico aos inventários, utilizamos o banco de dados como repositório das informações coletadas.

Posto isso, o banco de dados torna-se uma ferramenta importante ao ensino e aprendizado da história colonial, pois permite o acesso a dados históricos originais, como também, proporciona aos alunos uma compreensão mais profunda e uma experiência enriquecedora, uma vez que, os alunos podem explorar, a partir dos dados, uma variedade de perspectivas, o que ajuda a promover uma compreensão mais completa desse período histórico complexo.

Além disso, essa experiência direta com os dados históricos pode inspirar nos alunos um interesse mais profundo pela História e incentivar habilidades críticas de análise e interpretação. Desse modo, essa abordagem vai além dos materiais tradicionais de pesquisa, ampliando o repertório documental disponível para os estudantes. Consequentemente, o Banco de dados em Excel do NEAFRICA contribui para uma educação mais engajadora e significativa.

Ao proceder sobre eixo documental analisado, podemos constatar 72 inventários mapeados conforme as especificidades inerentes à criança escravizada. Sendo assim, o banco de dados fora organizado para armazenar e gerenciar informações documentais acerca das crianças negras escravizadas na Ribeira do Itapecuru durante os anos de 1801 a 1818.

Mais adiante, a análise desses dados nos ajudará a compreender melhor a vida das crianças escravizadas durante o período colonial no Maranhão. Isso pode incluir a compreensão de suas experiências cotidianas, relações com proprietários e outras pessoas escravizadas, formas de resistência e estratégias de sobrevivência. Além disso, esses dados podem lançar luz sobre a dinâmica da escravização infantil e sua importância para a economia e sociedade da época.

Ao tratar especificamente das crianças escravizadas, esses dados podem ajudar a desafiar estereótipos e noções preconcebidas sobre a escravização infantil. Mediante o exposto, é importante entendermos os tipos de dados contidos no banco e como este material pode

(CESC-UEMA). As pesquisadoras contribuíram, significativamente, para o progresso e o sucesso das iniciativas em que estiveram envolvidas. Tal apreciação é de fundamental importância para que possamos fortalecer o ambiente da pesquisa e incentivar a continuidade destas, positivamente.

fornecer insights importantes sobre as crianças escravizadas durante o Período Colonial no Maranhão.

Destarte, o Banco de dados em Excel expõe a quantidade de crianças, doenças, origem étnica, gênero, faixas etárias, núcleos familiares, ocupações trabalhistas e valores. Esses dados foram transformados em gráficos, tabelas e quadros para que pudéssemos perceber a presença das crianças escravizadas e as suas particularidades no âmbito escravista, haja vista que os dados registrados exibem elementos que podem nos mostrar aspectos como, faixa etária, origem étnica, ocupações, doenças e elos familiares, que muitas vezes são negligenciados e subestimados pela historiografia.

Previamente, é crucial reconhecer a diversidade de experiências no contexto do tráfico transatlântico de escravizados durante o período colonial brasileiro. Embora a maioria dos

africanos trazidos ao Brasil, como escravizados, fossem adultos destinados, principalmente ao trabalho nas plantações, eles também foram envolvidos em uma variedade de outros setores econômicos, incluindo os trabalhos artesanais, domésticos, mineração, vendas ambulantes e pequenos comércios. Além disso, é importante compreender que o tráfico de crianças escravizadas também ocorreu, ainda que em menor escala.

Nesse sentido, Horácio Gutiérrez (1989, p. 60) aponta que o tráfico de crianças escravizadas no período colonial brasileiro não atingiu as proporções maciças observadas no comércio de adultos, devido à várias razões, por exemplo: o “elevado custo dos transportes que tornaria onerosa demais a importação de crianças e bebês dado seu baixo preço de venda; fraca demanda nos mercados brasileiros”.

Mas, as razões apresentadas pelo pesquisador não tornam a prática insignificante, uma vez que, o tráfico e comércio de crianças escravizadas faziam parte de um quadro de exploração. Em outras palavras, essas crianças foram capturadas, transportadas e forçados a enfrentar as condições desumanas que o sistema escravista as impunha.

Desse modo, a **Tabela 1** nos mostra dados quantitativos sobre o contingente infantil que fora comercializado na comarca de São Luís durante o Período Colonial (1801 a 1818). Essa tabela segmenta-se com base na faixa etária dos menores escravizados, dividindo-os em três categorias: 0 a 5 anos, 6 a 10 anos e de 10 a 14 anos. Além disso, os dados são categorizados por gênero e entendemos que essa segmentação por faixa etária e gênero reflete sobre a distribuição demográfica e as condições de vida das crianças escravizadas nesse contexto histórico.

Tabela 1- Crianças escravizadas (de 0 - 14 anos) segundo gênero e faixa etária comercializadas em São Luís-MA nos anos de 1801-1818.

Fonte: Bancos de Dados em Excel de Inventários Manuscritos do NEÁFRICA

Posto isso, Rafael Domingos de Oliveira Silva (2013) reflete que a concepção de infância está associada à noção de diferentes idades e que essa percepção é fundamental para compreendermos a transição da infância escravizada para o mundo do trabalho. Isso implica reconhecer que, historicamente, a ideia de infância nem sempre foi entendida da mesma maneira que é hoje, e que diferentes sociedades e períodos históricos têm concebido a infância de formas diversas.

No contexto da escravização, a infância das crianças escravizadas, muitas vezes, não era reconhecida como um período de inocência e proteção, como é comum na concepção contemporânea. Em vez disso, essas crianças, frequentemente, eram inseridas de modo precoce no mundo do trabalho, sendo exploradas e sujeitas a condições de vida extremamente difíceis.

Assim, a ideia de "idades" refere-se à percepção de diferentes estágios na vida das crianças, que podem ser marcados por mudanças em suas responsabilidades, papéis sociais e expectativas. Conforme a tabela acima, as etapas de vida das crianças escravizadas correspondem aquelas que vão desde o nascimento até aos catorze anos de idade. A partir disso, observamos que dentro do contingente infantil de escravizados expostos na **Tabela 1**, consta-se a primeira faixa etária que vai de 0 a 5 anos de idade é representado por um total de 332 crianças negras escravizadas, sendo 189 do gênero feminino e 143 do gênero masculino.

Nesse primeiro momento, a tabela aponta que o número de crianças entre 0 a 5 anos, em sua maioria, eram do gênero feminino. Desse modo, os dados do Bando de dados em Excel de

Faixas etárias	Gênero		Total
	Feminino	Masculino	
0 a 5 anos	189	143	332
6 a 10 anos	144	158	302
10 a 14 anos	111	148	259
Total de crianças escravizadas: 893			

Inventários Manuscritos do NEÁFRICA demonstram que cerca de 57,0% eram as meninas e

43,0% equivaliam aos meninos. Para mais, as crianças escravizadas, que estavam imersas nessa faixa etária, de um modo geral, eram superiores no decorrer de 1801 a 1818.

Ao visualizarmos essas informações compreendemos que cada uma dessas crianças passa por estágios cruciais de desenvolvimento físico, cognitivo, social e emocional, visto que é importante salientar que esses estágios na vida da criança escravizada não era algo a ser priorizado, muito pelo contrário, a criança negra sofreu e enfrentou duras condições durante o período da escravidão.

Dessa maneira, é possível percebermos que a faixa etária de 0 a 5 anos é compreendida como a primeira infância, fase esta onde estão inclusos os recém-nascidos e os bebês de colo que, necessariamente, precisam de cuidados intensivos, incluindo a amamentação. Com presteza, identificamos no Bancos de dados em Excel alguns casos que continham recém-nascidos e bebês de colo, tendo como exemplo, *Eufemia de 2 meses, Fidelis de 4 meses, Amalia de 6 meses, Alexandre de 7 meses, Benedito de 8 meses, Branca de 10 meses, Maria de 1 ano e 6 meses, Feliciano de 2 anos e Simplicio de 3 anos de vida*, ambos pertencentes à etnia crioula³.

E diante dos exemplos, os estudiosos Lewkowicz, Gutiérrez e Florentino (2008, p. 105) destacam um aspecto importante sobre os bebês negros de colo no período escravista e pontuam que “até três anos, quando órfã, a criança ficaria com a mãe: era a chamada criação de leite”. Tal expressão, refere-se a uma prática histórica em que as mães escravizadas eram forçadas por seus senhores a privilegiar as crianças brancas com o ato de amamentação e cuidar, impossibilitando-as de darem, aos próprios filhos, os cuidados necessários, o que findava nas altas taxas de mortalidade das crianças escravizadas.

Para mais, a historiadora Sandra Maria Giacommi (1998) descreve sobre a realidade das mães pretas e o cerceamento da amamentação de sua prole ao pontuar que:

A existência das mães pretas revela mais uma faceta da expropriação da senzala pela casa-grande, cujas consequências inevitáveis foram a negação da maternidade escrava e a mortalidade de seus filhos. Para que a escrava se transformasse em mãe-preta da criança branca, foi-lhe bloqueada a possibilidade de ser mãe de seu filho preto (Giacommi, 1998, p. 80).

Giacommi (1998), então, nos apresenta uma situação histórica de extrema injustiça e sofrimento, mas, além disso, pontua um registro em que a compaixão e o afeto que essas

³ A expressão "criança crioula" refere-se, historicamente, às crianças nascidas no Brasil durante o período da escravização, cujos pais eram africanos escravizados.

mulheres dedicavam aos filhos dos senhores, muitas vezes, eram resultado da coerção e da falta de escolha, não de um ato voluntário.

No entanto, percebemos que diante da impossibilidade de criarem os seus filhos, o que restavam a essas mães eram vê-os morrendo pela desnutrição e a falta de cuidado. Devido a isso, os autores Góes e Florentino (2018, p. 180) apontam que, “[...] os escravos com menos de dez anos de idade correspondiam a um terço dos cativos falecidos; dentre estes, dois terços morriam antes de completar um ano de idade, 80% até os cinco anos”.

Segundo a descrição, essas estatísticas destacam as condições extremamente precárias e desumanas enfrentadas pelos escravizados durante o período colonial. A alta taxa de mortalidade infantil reflete as duras condições de vida, o trabalho exaustivo e a falta de cuidados adequados para com as crianças escravizadas. Tal fato demonstra que *Eufemia*, *Amalia*, *Maria*, *Simplicio* e os demais infantis sofriam inúmeras violações, incluindo a negação do amamentar.

Prosseguindo com os marcos definidores das idades de vida da criança, a pesquisadora brasileira Kátia Queiroz Mattoso (1998, p. 40), ao priorizar a documentação relacionada às crianças escravizadas, especialmente através de inventários e testamentos, identificou durante os seus estudos a distinção na idade etária das crianças e suas atividades econômicas associadas. A estudiosa distinguiu duas infâncias para os escravizados: “dos zeros aos sete para oito anos, as crianças cativas, normalmente, não desempenhavam atividade econômica”.

Em conformidade com os estudos de Mattoso (1998) podemos compreender que as duas faixas etárias de infância para os escravizados infantis, conforme os dados apresentados na **Tabela 1**, é de 0 para 5; e, de 6 para 10 anos de idade. Como já exposto, a primeira infância (0 a 5 anos) caracteriza-se pelos cuidados extremos a criança.

Já a segunda infância (6 a 10 anos), como expõe a autora, é uma fase onde ainda há necessidades de cuidados, mas também de preparação para a vida adulta. Além disso, as crianças escravizadas na faixa etária de 6 a 10 anos são denominadas de “[...] menino ou menina”, dado que, começam a serem introduzidas nos aprendizados iniciais, no qual preparam-se para as responsabilidades futuras (Neves, 1993, p. 56).

A utilização dos termos "menino" e "menina" refere-se a crianças escravizadas com menos de doze anos, e sugere uma abordagem mais ampla, englobando todas elas de modo geral. Esse uso nos concebe uma visão da infância como uma fase de transição em que os escravizados infantis estão se preparando para assumir papéis mais complexos na sociedade escravista.

Denise Auad (2010, p. 05) vai de acordo com apontamento de Neves (1993), e sinaliza que “[...] crescer não lhes significava uma porta para desenvolver suas aptidões e, no futuro, conquistar respeito e ascensão social, mas sim mergulhar em sua rotina de crescente trabalho e opressão”. Auad (2010) destaca que, infelizmente, o processo de crescimento para essas crianças não era acompanhado por perspectivas positivas ou possibilidades de melhorias em suas condições de vida. Ao contrário, elas eram destinadas a uma vida de trabalho cada vez mais árduo.

Dessa forma, podemos presenciar na **Tabela 1** que o contingente infantil de escravizados manifestos na segunda faixa etária (6 a 10 anos), é representado por um total de 302 crianças negras escravizadas, sendo 144 do gênero feminino e 158 do gênero masculino. Nesse segundo momento, fica visível que as crianças de 6 a 10 anos em sua maioria são do gênero masculino. Dessa maneira, os dados validam que cerca de 52,0% eram meninos e 48,0% correspondiam às meninas.

Observa-se que, os dados revelam detalhes cruciais sobre a realidade das crianças escravizadas no período escravista. E a distribuição desigual entre os gêneros na faixa etária de 6 a 10 anos sugere nuances na forma como a escravidão afetava meninos e meninas nesse grupo específico.

Diante do rol de dados sobre as crianças escravizadas, o Banco de dados em Excel expõe prontamente os escravizados infantis que compõem a segunda infância, tendo como exemplo os casos de *Ismênia de 7 anos (Crioula)*, *Marciliano 8 anos (Mulato)* e *Bernardina de 10 anos (Pernambuco)*; todos estes possuíam etnias diversas, mas, com ascendência africana nascidos e comercializados na América Portuguesa. A análise dos casos individuais apresentados nos proporciona uma visão mais próxima da vida dessas crianças, destacando não apenas a sua idade, mas também a diversidade étnica dentro dessa população.

Dando continuidade à compreensão das idades de vida e a evolução das crianças escravizadas, que refletem sobre as normas sociais impostas pela sociedade escravista, a terceira infância (puerícia) está entre os sete e quatorze anos, sendo um período em que as expectativas mudam e a criança entra em uma fase de transição para a adolescência. Nesse interim, Kátia de Queiroz Mattoso (1988, p. 52), menciona sobre essas respectivas mudanças que ocorrem na vida dos escravizados infantis ao pontuar:

[...] Por volta dos sete para os 8 anos, a criança não terá mais o direito de acompanhar sua mãe brincando; ela deverá prestar serviços regulares para fazer jus às despesas que ocasiona a seu senhor, ou até mesmo, à própria mãe, se esta trabalha de ganho e reside fora da casa de seu dono. [...] A idade de sua vida que vai dos sete aos doze

anos, não é mais uma idade de infância, porque já sua força de trabalho é explorada ao máximo [...].

Mattoso (1988) descreve uma situação histórica em que as crianças escravizadas eram envolvidas no meio trabalhista por volta dos sete a oito anos. E sinaliza que, nessa faixa etária, a criança escravizada não tem mais o privilégio de simplesmente brincar, mas sim, de prestar serviços regulares como meio de compensar as despesas que causara ao seu senhor ou até mesmo à própria mãe.

Perante o exposto, o trabalho doméstico para as crianças escravizadas possuía implicações profundas e, muitas vezes, trágicas, independentemente do gênero, dado que, os infantis escravizados eram frequentemente ensinados, desde cedo, a desempenharem tarefas domésticas específicas, como, servir a mesa, lavar pratos, carregar pacotes, dentre outros.

O processo de adestramento ou treinamento era uma formação sistemática e forçada para que a criança escravizada pudesse cumprir certas funções. Em vista disso, os proprietários as moldavam de acordo com as suas necessidades. Além disso, cabe destacar que o trabalho doméstico não apenas fornecia um conjunto de habilidades práticas, mas também servia como um mecanismo para incutir, na mente das crianças escravizadas, seu lugar subjugado na família e na sociedade como um todo. Isso contribuía para a normalização da escravidão, fazendo com que as crianças internalizassem a ideia de inferioridade e aceitassem seu destino dentro da estrutura escravista.

A corroborar com essa situação, a **Tabela 1** nos fornece informações sobre um contingente de crianças escravizadas, especificamente na faixa etária de 10 a 14 anos. Os dados apontam que há um total de 259 crianças nessa situação, sendo 111 do gênero feminino e 148 do gênero masculino. Nota-se que, na análise por gênero, a maioria dos escravizados infantis pertence ao gênero masculino. Os dados indicam que 57,0% das crianças escravizadas são meninos, enquanto 43,0% são meninas.

Os dados registram 893 crianças escravizadas, o que significa, em números relativos, 71% de um universo (0 a 5 anos e de 6 a 10 anos) que não exerciam nenhuma atividade. Se analisarmos a última faixa etária (10 a 14 anos) da **Tabela 1**, encontraremos 29% dos menores ocupados em alguma atividade.

Antes de mais nada, é relevante frisar que dentro desse contingente infantil houve escravizados listados no Banco de Dados em Excel do Neáfrica sem apresentar nenhuma ocupação trabalhista. Porém, há possibilidades de que muitas dessas crianças listadas possam

ter exercido e executado tarefas regulares no âmbito escravista durante o Período Colonial no Maranhão.

Ao proceder a análise relacionada a 72 inventários, foram identificadas 259 crianças escravizadas. Desse grupo, 3% (8 crianças) já tinham uma ocupação, e a maioria delas estava concentrada nas faixas etárias acima de 9 anos. Esses dados vão de encontro à ideia prevalecente à época de que as crianças escravizadas eram consideradas improdutivas ou um fardo para os senhores.

Esse dado sugere que, ao contrário da percepção comum da época, uma parcela significativa das crianças escravizadas estava envolvida em atividades produtivas. Na **Tabela 2** podemos perceber que a concentração em faixas etárias mais altas também pode indicar que os senhores de escravizados reconheciam e valorizavam a contribuição laboral das crianças mais velhas.

Tabela 2 - Crianças escravizadas nos inventários de São Luís- MA, segundo o gênero e ocupações trabalhistas nos anos de 1801-1818

Nome	Sexo	Idade	Ocupação	Valor
Gregório	M	14	Oficial de Sapateiro	170\$000
Nicolau	M	9	Aprendiz de Alfaiate	120\$000
Francisco	M	14	Pescador	180\$000
João	M	13	Barbeiro	140\$000
Jozé	M	14	Aprendiz de Sapateiro	120\$000
Feliciano	M	12	Cabelereiro	130\$000
Serafim	M	10	Aprendiz de Carapina	180\$000
Mariana	F	13	Serviço de Casa	200\$000

Fonte: Bancos de Dados em Excel de Inventários Manuscritos do NEÁFRICA

Desse modo, compreendemos a relevância de considerar as distinções de idade ao analisar as ocupações no mundo do trabalho entre os anos de 1801 a 1818, especialmente quando se trata dos jovens escravizados. Tendo isso em vista, a análise apresentada na tabela

acima, mostra uma predominância significativa de crianças escravizadas do gênero masculino desenvolvendo certas ocupações ou profissões trabalhistas, tal como: *oficial de sapateiro, aprendiz de alfaiate, pescador, barbeiro, aprendiz de sapateiro, cabelereiro e aprendiz de carapina*.

Os ofícios citados acima, destacam-se como áreas em que a presença masculina é notória. Esse padrão sugere uma distribuição específica de tarefas com base no gênero e na idade. À vista disso, Góes e Florentino (2018, p. 185), salientam que “[...] aos 14 anos a frequência de garotos desempenhando atividades, cumprindo tarefas e especializando-se em ocupações era a mesma dos escravos adultos”.

Essa observação aponta para uma realidade em que os jovens escravizados eram integrados precocemente nas atividades econômicas para desempenharem papéis fundamentais em diferentes setores da sociedade da escravista. E ao examinar a tabela apresentada, é evidente que certas ocupações eram mais comuns entre os meninos escravizados.

Considerando os dados expostos, observamos que a participação efetiva de meninos idealizando atividades, está entre a faixa etária de 9 e 14 anos de idade, ou seja, das 8 crianças escravizadas listadas na **Tabela 2**, 7 são do gênero masculino, enquanto manifesta-se apenas uma criança do gênero feminino; *Mariana de 13 anos* que se destaca por desempenhar serviços domésticos.

É notável que, apesar de ser a única representante do gênero feminino na tabela, *Mariana* se sobressai pelo maior valor aquisitivo de *200\$000 mil-réis*. Ao observar a tabela e comparar os valores aquisitivos, identificamos uma disparidade entre *Mariana* e os demais escravizados, como por exemplo, os casos de *Gregório (oficial de sapateiro) que custa 170\$000 mil-réis e João (barbeiro), de 140\$000 mil-réis*.

Isso sugere que, embora houvesse uma predominância de meninos em ocupações específicas, as condições salariais e as tarefas atribuídas poderiam variar significativamente entre os gêneros. Essa análise ressalta a importância de considerar não apenas a distribuição das ocupações por idade, mas também as distinções de gênero ao examinar as realidades laborais das crianças escravizadas no período escravista.

Em vista disso, Maria Cristina Luz Pinheiro (2005, p. 177) respalda sobre as atividades laborais e frisa: “[...] as meninas, provavelmente, permaneciam em atividades que exigiam mais tempo em casa e, portanto, sujeitas a maior controle”. De acordo com essa perspectiva, Mott (1989) complementa que as crianças escravizadas enfrentavam uma vigilância intensa ou até mesmo ficavam aprisionadas devido à necessidade dos serviços que prestavam, bem como

destaca que em algumas situações, essas crianças se tornavam insubstituíveis para seus senhores.

As autoras pontuam a complexidade e as duras condições enfrentadas pelas crianças escravizadas, especialmente as meninas, sublinhando a restrição de suas liberdades e a exploração de seu trabalho em benefício dos senhores durante o período de escravização. Também abordam sobre a diferenciação nas responsabilidades entre as crianças escravizadas, e enfatizam que, dependendo do gênero, eram direcionadas para diferentes tipos de trabalho.

Outro fator importante é que as divisões de gênero podem ser condicionadas por experiências sociais diferentes no trabalho urbano e rural. Em contextos urbanos, as oportunidades de trabalho e as dinâmicas sociais podem ser diferentes das áreas rurais, o que pode impactar as percepções e as expectativas de gênero. No entanto, é importante notar que as normas de gênero, muitas vezes, transcendem os limites geográficos e podem ser persistentes em diferentes contextos.

No caso do trabalho no espaço urbano, observamos que os escravizados, *Gregório, Nicolau, João, Jozé, Feliciano e Serafim (oficial de sapateiro, aprendiz de alfaiate, barbeiro, aprendiz de sapateiro, cabelereiro e aprendiz de carapina)* desenvolviam ocupações geralmente encontradas no centro da cidade, enquanto *Francisco e Mariana (pescador e serviço de casa)* realizavam atividades no âmbito doméstico e lavoura.

Ao mencionar as crianças escravizadas e suas ocupações, podemos perceber a diversidade de atividades encontradas no espaço urbano, onde alguns estão envolvidos em profissões no centro da cidade, enquanto outros desempenham papéis mais relacionados ao doméstico e à lavoura. Albuquerque e Filho (2006) evidenciam como as crianças eram envolvidas nas atividades agrícolas, especialmente na grande lavoura, onde a maioria da população negra escravizada estava concentrada e pontua que:

Meninos de 10 ou 12 anos trabalhavam também como condutores de carros de boi, transportando cana do canavial para a casa de moenda do engenho. Para concluir as tarefas com mais rapidez os pais levavam os filhos mais crescidos para ajudá-los na lavoura. As crianças menores também não estavam isentas de trabalho. Tarefas domésticas realizadas nas casas dos senhores, cultivo de alimento e a caça de animais silvestres podiam ocupá-las durante todo o dia (Albuquerque e Filho, 2006, p. 72).

A prática de envolver as crianças nas tarefas da lavoura, demonstra a precocidade e a dureza das condições de trabalho a que eram submetidas. A necessidade de concluir as tarefas com rapidez levava os pais a envolverem seus filhos mais crescidos, mostrando a

perpetuação intergeracional da exploração e a falta de consideração pelas condições adequadas de desenvolvimento infantil.

Além do trabalho na lavoura, as crianças escravizadas também eram envolvidas em tarefas domésticas nas casas dos senhores, aumentando, ainda mais, a carga de trabalho a que estavam sujeitas. A caça de animais silvestres, dentre outras atividades que ocupavam seu tempo, evidencia a amplitude das responsabilidades impostas às crianças negras escravizadas.

Posto isso, Josenildo Pereira (2001) menciona que a mão de obra escravizada foi necessária ao longo do século XIX, abrangendo diversos tipos de escravizados, desde os domésticos até os do eito na lavoura. O termo "escravizados do eito" refere-se aos escravizados utilizados na agricultura, especialmente na produção de cana-de-açúcar, café e outros produtos agrícolas.

A análise de Pereira (2001) destaca a amplitude e a persistência da escravização ao longo do século XIX no Brasil, indicando que não se limitava apenas aos setores agrícolas, mas também incluía escravizados domésticos e de ganho nas cidades. Essa perspectiva ressalta a complexidade e a extensão do sistema escravista durante esse período histórico no país.

Nessa perspectiva, podemos encontrar nos anúncios de compras, vendas e aluguéis de escravizados nos jornais da segunda metade do século XIX, destacando como a prática da escravização era sistematicamente documentada e comercializada.

Vende-se um moleque de 8 a 10 anos de idade, bonita figura, quem pretender dirija-se a casa de José Pedro dos Santos.

Compra de escravos Oficiais de pedreiros e carpinas.

Compra-se uma preta moça com algumas habilidades, assim como alguns moleques de bonitas figuras, no estabelecimento -novo, rua Formosa, n. 10.

José Domingues Moreira Filho & C tem para alugar um moleque de oito a nove anos, que sabe andar com carros.⁴

Esses anúncios evidenciam a presença marcante da população escravizada na sociedade da época, revelando como ela era considerada uma parte essencial e necessária para diversos aspectos da vida econômica e social. Como exposto, os escravizados eram empregados em uma ampla gama de funções, desde o serviço doméstico até ocupações mais especializadas, como

⁴ Todos esses anúncios foram encontrados no jornal *O publicador Maranhense*, entre 1859 – 1871. Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL)

carpinteiros, sapateiros e pedreiros. Isso sugere que a escravização não se limitava apenas a trabalhos braçais simples, mas abrangia uma diversidade de ocupações.

Outrora, os escravizados eram ofertados, alugados e vendidos, dado que era uma prática comum de transação desses indivíduos. Desse modo, compreende-se que havia um mercado estabelecido para a compra e venda de mão de obra escravizada, refletindo uma economia baseada na escravização.

A diferenciação entre funções, como o serviço doméstico e ocupações mais especializadas indica uma hierarquia nas tarefas desempenhadas pelos escravizados. Além disso, a menção de que ter uma profissão valorizava os escravizados aos olhos de compradores e vendedores sugere que a habilidade ou a ocupação desempenhava um papel na avaliação do valor dos escravizados no mercado escravista.

Para tal, essas inferências nos apresenta a complexidade da instituição escravista, destacando suas diferentes facetas econômicas e sociais da vida urbana e rural, mostrando como as normas de gênero podem se manifestar de maneiras distintas em diferentes contextos, mas também persistir em ambos.

Ao examinar a **Tabela 2**, presumivelmente, apresentando informações sobre as ocupações laborais durante o período escravista no Maranhão Colonial, foi fundamental analisar os dados com sensibilidade às nuances sociais da época. Pode-se observar como as práticas culturais e sociais daquele período influenciaram as responsabilidades e papéis dos jovens escravizados, refletindo-se nas ocupações que desempenhavam.

Diante do exposto, entendemos que uma vez chegados ao Maranhão, os escravizados enfrentavam a labuta no mundo do trabalho nas plantações de cana-de-açúcar, algodão, arroz e outras culturas, além das condições precárias de vida. Essas condições, somadas à desnutrição, sobrecarga de trabalho e falta de acesso a cuidados médicos adequados, tornavam-nos ainda mais vulneráveis a uma série de doenças.

Dessa forma, daremos seguimento à análise buscando perceber na **Tabela 3** as conexões existentes entre o trabalho escravizado e as doenças que afetavam as crianças nessa condição no Maranhão Colonial, dado que, sabemos pouco sobre essas ambiências de trabalho e menos ainda sobre a sua atmosfera de relações de trabalho, incluindo os acidentes, lesões e enfermidades geradas em gerações e gerações de escravizados.

Com base nisso, os autores Barbosa e Gomes (2016, p. 277) sinalizam que “[...] compreender as doenças que assolavam e desestabilizavam senzalas – elevando os índices de

mortalidade – significa direcionar o olhar para além das expectativas senhorias de controle e funcionamento da sociedade escravista e seu mercado”.

Diante dessa abordagem, buscaremos compreender melhor a dinâmica social e as injustiças subjacentes ao sistema escravista, considerando não apenas o controle dos escravizados como mão de obra, mas também suas condições de vida e saúde, muitas vezes negligenciadas nas narrativas históricas tradicionais.

E para refletirmos sobre as condições de trabalho e morbidades incapacitantes dos escravizados africanos, analisaremos os tipos de doenças e deficiências físicas sofridas pelas crianças escravizadas registradas no Banco de Dados em Excel do Neáfrica na região da Ribeira do Itapecuru no Maranhão.

Nesse contexto, a **Tabela 3** expõe dados sobre um contingente infantil de escravizados, no qual é representado por um total de 99% (893 crianças). Desse aglomerado, apenas 1% desse grupo (11 crianças) apresenta algum tipo de doenças, como *defeito no pé, quebrado, aleijado, gota, cegueira em um ou ambos os olhos, braço quebrado, deficiência mental desde o nascimento*, entre outras.

Além das doenças, podemos perceber a distribuição de crianças identificadas com base no gênero e na faixa etária, em que os números apontam que 55% (6 crianças) eram meninos, enquanto 45% (5 crianças) correspondia às meninas. Quanto às idades, havia uma concentração de 64% (7 crianças) na faixa etária entre 10 e 13 anos, enquanto 36% (4 crianças) estavam na faixa etária de 3 a 9 anos. Outro ponto importante a ser apresentado é que das 5 meninas, uma delas não teve seu nome de identificação apresentado.

Tabela 3 - Crianças escravizadas nos inventários de São Luís- MA, segundo o gênero e doenças adquiridas nos anos de 1801-1818

(continua)

Nome	Gênero	Idade	Doença	Valor
Valentim	M	12	Com defeito no pé	80\$000
Ignes	F	10	Possui apenas um olho	90\$000
Geraldina	F	12	Quebrada	100\$000
Alberto	M	10	Aleijado	-

Tabela 3 - Crianças escravizadas nos inventários de São Luís- MA, segundo o gênero e doenças adquiridas nos anos de 1801-1818

(conclusão)

Nome	Gênero	Idade	Doença	Valor
Josefa	F	12	Doente de gota	100\$000
Manoel	M	3	Cego do olho esquerdo	30\$000
Lenorato	M	7	Aleijado	30\$000
-	F	11	Doente de um olho	140\$000
Felipe	M	13	Um braço quebrado	100\$000
Rubem	M	13	Doido de nascença	-
Amália	F	9	Quebrada em ambas as virilhas	100\$000

Fonte: Bancos de Dados em Excel de Inventários Manuscritos do NEÁFRICA

Perante o exposto, a análise dos registros de saúde das crianças escravizadas na região da Ribeira do Itapecuru entre os anos de 1801 e 1818 revela um panorama preocupante das condições de trabalho e das morbidades associadas à escravidão. A amostra de 893 crianças escravizadas mostra que cerca de 1% delas apresentavam enfermidades incapacitantes temporárias ou definitivas, conforme registrado no Banco de Dados em Excel do Neáfrica.

Dentre as doenças mais comuns registradas entre essas crianças escravizadas incluem condições como "quebrado" (3), "doente" (3), "defeituoso" (3) e "aleijado" (2). Essas enfermidades estão diretamente relacionadas às atividades laborais às quais eram submetidas, indicando que muitas das crianças sofriam lesões físicas ou adquiriam doenças devido às condições de trabalho e ao tratamento desumano a que eram submetidas.

Em decorrência disso, Karash (2000, p. 158) descreve em sua obra sobre as doenças e aponta os motivos do alto índice de mortalidades dos escravizados “[...] a falta de alimentação,

roupas e moradias apropriadas, em combinação com os castigos tanto enfraqueciam os cativos, como os preparavam para serem liquidados por vírus, bacilos, bactérias e parasitas que floresciam na população”.

Observamos que a autora aborda sobre as condições precárias enfrentadas pelos escravizados, o que incluía falta de alimentação adequada, vestuário e moradia, além dos castigos que sofriam. Esses fatores enfraqueciam os escravizados, resultando em um quadro de alta mortalidade.

Gilberto Freyre (1963) também destaca várias doenças que eram comuns entre os escravizados, sugerindo as condições precárias em que viviam e as consequências para sua saúde. Algumas das doenças mencionadas incluem “[...] efeitos de raquitismo, erisipela, escorbuto, bexigas, boubas, sífilis e oftalmia. Números eram aqueles escravos “*rendidos*”, “*quebrados*” ou cheios de “bicho no pé” (Freyre, 1963, p. 124).

O autor, faz uma menção aos escravizados “*rendidos*”, “*quebrados*” ou cheios de “bicho no pé” e isso sugere que muitos deles estavam debilitados fisicamente e emocionalmente, sofrendo de feridas abertas nos pés devido ao trabalho extenuante em condições adversas.

As condições precárias de vida dos escravizados os levavam à vulnerabilidade, o que contribuía para o risco de lesões musculoesqueléticas, como deformidades ósseas, lesões na coluna vertebral e articulações. O trauma emocional causado pela separação de suas famílias, abuso físico e emocional, bem como a constante vigilância e punição por seus senhores, também eram fatores que contribuíam para problemas de saúde mental entre as crianças escravizadas, como depressão, ansiedade e transtorno de estresse pós-traumático.

Nessa perspectiva, compreendemos que o sistema escravista, ao privar os indivíduos de sua liberdade e dignidade básica, também contribuía para o enfraquecimento do sistema imunológico dos escravizados, tornando-os ainda mais suscetíveis a doenças e epidemias. Essa situação de saúde precária entre os escravizados no Maranhão e em outras partes do Brasil foi um aspecto nefasto da história do país, que teve impactos profundos na vida e na saúde dessas populações, historicamente marginalizadas. E apesar de, muitas vezes, o papel das crianças escravizadas destacar-se em discussões que se concentravam apenas em seu envolvimento com o mundo do trabalho, há outras maneiras de analisar a experiência infantil no contexto da escravização, tal como os elos familiares existentes entre crianças escravizadas e seus parentes próximos, sejam eles (a) mãe, pai, irmão (a), avó (ô).

Dessa forma, a **Tabela 4** discute a estrutura familiar dos escravizados, destacando que muitos deles faziam parte de núcleos familiares, que podem ser categorizados em diferentes

tipos, como *Grupo Conjugal*, *Matrifocal*, *Nuclear* e *Patrifocal*. Isso sugere que, apesar de serem tratados como propriedade (ou "coisa"), as crianças escravizadas ainda mantinham elos familiares significativos, demonstrando, assim, que eram seres humanos com conexões e valores.

Em outras palavras, significa dizer que apesar da complexidade das relações familiares dentro do contexto de escravização, percebemos que esses escravizados infantis não eram apenas mão de obra, mas indivíduos com relações pessoais e afetivas. Essa compreensão é importante para reconhecer a humanidade e a dignidade das pessoas escravizadas, além de desafiar a narrativa de desumanização que, frequentemente, acompanha a história da escravização.

Tabela 4 – Classificação de crianças escravizadas segundo faixa etária e grupo familiar comercializadas em São Luís- MA nos anos de 1801-1818

Faixas Etárias	Grupo Familiar Conjugal	Grupo Familiar Matrifocal	Grupo Familiar Nuclear	Grupo Familiar Patrifocal
	Total	Total	Total	Total
0 a 5 anos	3	51	64	3
6 a 10 anos	6	46	49	1
10 a 14 anos	3	17	23	1
Total de crianças: 267				

Fonte: Bancos de Dados em Excel de Inventários Manuscritos do NEÁFRICA

Ao observarmos, a **Tabela 4** esta expõe os dados relacionados à distribuição das crianças escravizadas por faixa etária (0 a 14 anos) em diferentes grupos familiares. Desse modo, assinala-se que o percentual de infantil presente no Grupo Familiar Conjugal é 4% (12 crianças), Grupo Familiar Matrifocal destacou-se com 43% (114 crianças), enquanto o Grupo Familiar Nuclear abrigava 51% (136 crianças) delas. Por outro lado, o Grupo Patriarcal apresentou um percentual de 2% (5 crianças).

Esses dados indicam que o Grupo Familiar Matrifocal possuía a maior proporção de crianças na faixa etária de 0 a 14 anos, seguido pelo Grupo Familiar Nuclear, enquanto o Grupo Familiar Conjugal e o Grupo Familiar Patriarcal apresentavam proporções menores. É importante ressaltar que aproximadamente 30% (267) das crianças dessa faixa etária estavam inseridas em algum grupo familiar, indicando que estavam sob os cuidados diretos de suas famílias. Porém, a grande maioria, cerca de 70% (626), permanecia sob a atenção de outras pessoas, presumivelmente, seus senhores ou outros responsáveis.

Apesar da condição de escravizados, os registros históricos do Banco de Dados em Excel do NEÁFRICA sobre o Maranhão Colonial revelam que a formação de núcleos familiares era uma realidade. Ao longo desse período, observamos nos documentos produzidos pelos proprietários rurais uma evidente proliferação de famílias que surgiram e se desenvolveram no contexto do cativo. Estes grupos familiares, embora compostos por um reduzido número de indivíduos, eram unidos por vínculos de convivência e parentesco, refletindo um padrão social estabelecido, como vemos nesta relação de bens registrados abaixo:

Zacarias, cacheu, de idade de trinta anos, avaliado em duzentos e quarenta mil réis...240\$000.

Maria, balbina, sua mulher, de idade de vinte e sete anos, avaliada em duzentos e trinta mil réis...230\$000.

Rufina, caxeu, de idade de vinte e oito anos, avaliada em duzentos e trinta mil réis... 230\$000.

Ismênia, crioula, filha da dita, de idade de sete anos, avaliada em quarenta mil réis... 40\$000.

Escolástica, mandiga, de idade de cinquenta e seis anos, avaliada em oitenta mil réis... 80\$000.

Domingo, neto da dita, crioulo, de idade de seis anos, avaliado em sessenta mil réis... 4 60\$000.

Victorino, neto da dita, crioulo, de idade de cinco anos, avaliado em noventa mil réis... 90\$000.

Marino, benguela, de idade de sessenta anos, avaliado em cinquenta mil réis... 50\$000.
Luzia, angola, sua mulher, de idade de cinquenta anos, avaliada em trinta mil réis... 30\$000.

Regina, crioula, filha dos ditos, de idade de nove anos, avaliada em cinquenta mil réis... 50\$000 (Banco de Dados em Excel de Inventários Manuscritos do NEÁFRICA, 1801-1818).

É interessante observarmos as diferentes estruturas familiares entre os escravizados estabelecidos na Ribeira do Itapecuru, como descrito na **Tabela 4**. Cabe assinalar que o *Grupo*

Familiar Conjugal (Maria e Zacarias) consiste em um casal de escravizados, que formam uma unidade familiar conjugal, refletindo uma estrutura familiar centrada no casal.

Já no *Grupo Familiar Matrifocal (Rufina, Ismênia)* a estrutura é matrifocal, em que a mulher/mãe (Rufina) desempenha um papel central na família. Em vista disso, Isabel Cristina Ferreira dos Reis (2001) faz um alerta ao pôr em destaque os laços familiares entre as mulheres escravizadas e seus filhos durante o período de escravização.

Os laços existentes entre a mulher escrava e seus filhos foram bastante importantes e significativos, devendo ser valorizados neste sentido. [...] a presença materna parece ter sido mais constante na vida das crianças escravas do que a figura paterna. As mulheres foram as principais protagonistas de muitas histórias de resistência e luta pela preservação da família negra no período escravista (Reis, 2001, p. 55).

Segundo Reis (2001), os laços familiares entre as mulheres escravizadas e seus filhos foram vitais para a sobrevivência e resistência das comunidades negras durante o período de escravização. Dessa maneira, a autora enfatiza na passagem sobre o papel central das mulheres na preservação da família e na luta contra a injustiça e a opressão.

Com relação ao *Grupo Familiar Nuclear (Escolástica, Domingo e Victorino)* este corresponde a uma estrutura nuclear mais tradicional. Nesse modelo há uma família básica composta pelos pais (Escolástica e Domingo) e seu filho (Victorino). Quanto ao *Grupo Familiar Patrifocal (Marino, Luzia e Regina)*, este reflete a uma estrutura familiar em que o pai (Marino) é o ponto focal. Nesse sentido, Marino, Luzia e Regina indicam que o pai é o principal ponto de referência na unidade familiar.

Desse modo, nota-se que os dados evidenciados pelo Banco de Dados em Excel do NEÁFRICA demonstram uma diversidade de arranjos familiares presentes dentro das comunidades escravizadas, cada um refletindo diferentes dinâmicas e relações sociais. À vista disso, Stuart Schwartz (1998) realiza em sua obra um estudo meticuloso dentro das unidades produtivas, destacando a importância dos núcleos familiares na vida dos escravizados e pontua que:

[...] a proliferação dos núcleos familiares nas unidades produtivas, concluindo que a família e os parentes eram fundamentais na vida dos escravos, pois lhes proporcionavam apoio na vida cotidiana, por exemplo, no caso de doenças, e consolo para suportar o cativeiro (Schwartz, 1998, p.330).

O autor observa que, apesar das condições extremamente adversas do sistema escravista, as famílias escravizadas conseguiram manter e até mesmo fortalecer seus laços familiares. Ele

argumenta que os escravizados desenvolveram estratégias de sobrevivência que incluíam a formação de redes familiares sólidas dentro das unidades açucareiras.

Schwartz (1998) também destaca que os laços familiares desempenhavam um papel crucial na vida dos escravizados, fornecendo um senso de pertencimento, solidariedade e apoio mútuo. Além disso, as famílias escravizadas ofereciam conforto e consolo em momentos de dificuldade, como doenças ou punições.

Assim sendo, o estudo de Schwartz enfatiza a importância das relações familiares na experiência dos escravizados no Brasil Colonial, desafiando a visão tradicional que retratava os escravizados como indivíduos isolados e desprovidos de laços afetivos. Em vez disso, ele destaca a resiliência e a capacidade de resistência dos escravizados, evidenciadas pela preservação e fortalecimento de suas famílias dentro do contexto opressivo da escravidão.

Paralelamente, John Blassingame (1972) aborda as relações familiares entre os escravizados durante o período da escravidão ao ressaltar que:

O amor, que os escravos tinham por seus pais, revela, claramente, a importância da família. Embora fosse fraca e frequentemente separada, a família escrava constituía-se em importante anteparo, um refúgio contra os rigores da escravidão. [...] Em sua família o escravo não só aprendia como evitar as pancadas do senhor, mas também granjeava o amor e a simpatia dos familiares para elevar seu moral. A família foi, em suma, um importante mecanismo de sobrevivência (Blassingame, 1972, p. 103).

A comparação entre as abordagens de Blassingame (1972) e Schwartz (1998) sobre os laços familiares na experiência dos escravizados revela uma interseção interessante. Enquanto Blassingame destaca os horrores e desumanidade da escravidão, Schwartz destaca o papel crucial da família como uma fonte de apoio e resistência.

Assim, embora Blassingame destaque os aspectos mais sombrios da escravidão, Schwartz complementa essa perspectiva ao enfatizar a resiliência e a importância dos laços familiares na luta pela sobrevivência dos escravizados. Ambos os autores contribuem para uma compreensão mais completa das complexidades da experiência escravizada, enfatizando tanto a opressão quanto a capacidade de resiliência e resistência dentro das comunidades africanas.

Mesmo diante das condições desumanas impostas pelo sistema escravista, as escravizadas encontraram maneiras de estabelecer os elos familiares, contribuindo para a formação de núcleos familiares dentro das unidades produtivas rurais do Maranhão. Esses núcleos familiares foram essenciais para a coesão social e emocional dos indivíduos submetidos ao cativeiro, oferecendo um suporte dentro de um ambiente, muitas vezes, hostil e opressivo.

Acerca dessa lógica, a pesquisa e a divulgação dessas informações contribuem, significativamente, para a compreensão da história da escravização no Maranhão Colonial, destacando a importância de preservar e compartilhar esses relatos para promover um entendimento mais profundo do passado da criança escravizada.

Considerações Finais

Ao explorar esse material, foi possível identificar não apenas informações demográficas e econômicas, mas também os elos de conexões familiares. O Banco de Dados em Excel de Inventários Manuscritos do NEÁFRICA pode revelar relações de parentesco que se formaram dentro da comunidade escravizada. Isso contribui para uma compreensão mais holística da experiência das crianças negras escravizadas, indo além das simples estatísticas.

Destarte, a abordagem proposta permite uma análise mais completa e sensível, ressaltando as complexidades das experiências das crianças negras escravizadas no Maranhão, permitindo uma compreensão mais profunda da história social dessa população marginalizada.

Portanto, esses registros nos ajudam a construir uma visão mais precisa da história do Maranhão, evidenciando a amplitude geográfica e as várias formas de escravização que ocorriam em diferentes regiões. Além disso, ao identificar, especificamente, crianças escravizadas esses documentos proporcionam nuances mais detalhadas das experiências tal como: a inserção da criança no âmbito escravista, as ocupações desenvolvidas por essa população, as doenças adquiridas ao longo da vida cotidiana e os elos familiares que foram construídos mediante os desafios enfrentados por essa parcela da população.

Referências

BLASSINGAME, John. **The Slave Community: Plantation Life in the Antebellum South**. Nova York: Oxford University Press, 1972, p. 103.

GIACOMINI, S. M. **Mulher e Escrava: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1988.

GUTIÉRREZ, Horácio. O tráfico de crianças escravas para o Brasil durante o século XVIII. **Revista História**, São Paulo, 120, p. 59-72. Jan/jul. 1989.

KARASH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850**. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

LEWKOWICZ, Ida; GUTIÉRREZ, Horácio; FLORENTINO, Manolo. **Trabalho compulsório e trabalho livre na história do Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

GÓES, José; FLORENTINO, Manolo. **A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico**, Rio de Janeiro, c. 1790 - c. 1850. São Paulo: Unesp, 2017.

MATTOSO, Kátia Queirós. O filho da escrava: em torno da Lei do Ventre Livre. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 8 nº 19, p. 37-55, mar/ago 1988.

NEVES, Maria de Fátima Rodrigues. **Infância de faces negras: a criança escrava brasileira no século XIX**. 1993. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

PEREIRA, Josenildo de Jesus. **Na fronteira do cárcere e do paraíso: um estudo sobre as práticas de resistência escrava no Maranhão oitocentista**. 2001. Dissertação (Mestrado em História Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

PINHEIRO, Maria Cristina Luz Pinheiro. O trabalho de crianças escravas na cidade de Salvador 1850-1888. **Revista Afro-Ásia, Bahia**, núm. 32, 2005, p. 159-183, 2005.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550 - 1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.